

Crise fiscal impõe emergência

por José Casado
de São Paulo

As medidas que o governo vai adotar nos próximos dias — entre as quais a tributação de 3% na fonte sobre os rendimentos do "open market", o empréstimo compulsório sobre rendimentos de pessoas físicas e a antecipação da cobrança do Imposto de Renda dos bancos — representam decisões "de emergência" na área fiscal, na interpretação de alguns banqueiros consultados por este jornal, na quarta-feira. Eles as consideram justificáveis na medida em que significam uma alternativa para equacionamento da crise fiscal, sobre o qual — dizem — o governo não dispõe de margem de manobra, atualmente.

DÉFICIT PÚBLICO

Como disse Ângelo Calmon de Sá, presidente do Banco Econômico e membro do Conselho Monetário Nacional (CMN), à repórter Vera Saavedra Durão, no Rio, essas medidas emergenciais, a serem adotadas no começo da próxima semana, representariam uma parte substancial do leque de decisões necessárias para se promover uma redução do déficit público.

Grande parte do déficit público, explica Luiz Carlos Bresser Pereira, presidente do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), provém das crises fiscais: "O déficit público corrente é pequeno, o déficit maior é provocado pelo serviço da dívida. Como o Estado praticamente não iniciou nenhuma nova obra em tempos recentes, enfrenta-se um grande volume de despesas com o serviço da dívida contraída para se fazer as obras atualmente em fase de conclusão — iniciada em anos anteriores —, sem que se disponha de um nível suficiente de receita".

DUAS ALTERNATIVAS

Para enfrentar essa de-

fasagem, é caracteriza a "crise fiscal", o Estado só dispõe de duas alternativas, seguiu Bresser Pereira: redir despesas ou aumentar impostos.

NÃO GRANDE

O presidente do Banespa considera a carga tributária extinta no País "não é muito grande atualmente" entendendo como correta alegação de aumentar impostos para elevar a recaída do Estado. Mas disso, fundamentalmente, o momento escolhido pelo governo federal para promover esse aumento da carga tributária.

"Acho que a loucura aumentar impostos numa etapa de plenáriamente econômica. Entendo que pode e deve ser aumentada a carga tributária, mas desde que o governo dê plenas condições para que o setor produtivo ingresse num processo de crescimento efetivo. Aumentar impostos na recaída parece-me algo próximo do suicídio", afirma.

EXURGOS NECESSÁRIOS

Calmon de Sá tem uma visão diferente do problema. Achava a crise fiscal impõe medidas de emergência com essas, mas entende que "isoladas, não terão efeito prático algum no sentido da redução do déficit público". Acrescenta: "Isto não vai resolver nada se o governo não proceder a purgros dos índices, ou seja, desindexar tudo". E fez questão de se manifestar totalmente favorável à proposta do ex-ministro Mário Henrique Simonsen segundo a qual o governo jinão teria tempo suficiente para fazer a desindexação gradual da economia. "Em de desindexar tudo, inclusive a correção cambial, e já", arrematou Calmon de Sá.

SECA

Na mesma linha de raciocínio está o presidente do Brasilinvest, Mário Garner. Na quarta-feira, du-

rante um almoço com o governador do Ceará, Luiz Gonzaga da Motta, Garner ouviu um relato sobre o efeito drástico da seca no Nordeste — a pior desde 1896. "Estavamos conversando sobre a seca", conta Garner, "e eu disse ao governador que ela seria utilizada pelo governo federal como uma saída para resolver a questão fiscal, que é emergente. Ele não parece ter ficado muito convencido, mas eu estou. Quando vi as notícias sobre a seca nos jornais, logo pensei: 'Vem imposto por aí'".

EMERGÊNCIA

Garner entende que o governo possui na seca do Nordeste e nas chuvas que provocam destruição no Sul a justificativa ideal, do ponto de vista político, para ampliar a carga tributária com medidas de emergência. Mas, a exemplo de Calmon de Sá, pondera sobre a necessidade de esse aumento vir conjugado com medidas que proporcionem efetiva desindexação da economia.

Argumenta: "Hoje todos os preços aumentam na proporção de 0,9% das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional, que, por sua vez, estão diretamente ligadas ao dólar. Então, consequentemente, toda a economia brasileira, hoje, está diretamente vinculada ao dólar. É preciso

acabar imediatamente com essa indexação progressiva, reverter a expectativa inflacionária, que é geral".

DESINDEXAÇÃO

"Há, evidentemente, um receio do governo de promover essa desindexação imediatamente, porque o sistema de poupança nacional poderia ser abalado de forma drástica. Mas é certo que essa cadeia inflacionária progressiva vai ter de ser quebrada em certo momento, neste ano. Então, pode-se, desde já, pensar em mecanismos fiscais que mantenham a atratividade da poupança."

RESOLUÇÃO

Além disso, na opinião do presidente do Brasilinvest, o governo "terá de assumir a responsabilidade por todas as operações de empréstimo externo feitas com base na Resolução nº 63 do Banco Central". Isso, observa, "tende a ser inevitável, e o governo vai ver-se na contingência de bancar o diferencial, que seria de responsabilidade dos tomadores internos".

Esse custo, entretanto, "seria absorvível para o governo federal, na medida em que, ao assumir as operações de 63, ele passa, automaticamente, a ter uma margem de manobra muito maior do que possui hoje, na área da política cambial".